

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

233

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº: **0199390-4**

COMARCA : Recife – 12ª Vara Criminal

RECORRENTE : Ministério Público do Estado de Pernambuco

RECORRIDOS : Antonio Luiz Lima da Silva,
Eliclay Glaussou Carvalho da Silva e
Helenilson Belarmino das Virgens

RELATORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira

EMENTA:

PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. FORMAÇÃO DE QUADRILHA. REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 312, DO CPP. POSSIBILIDADE. RECURSO IMPROVIDO.

I -- Correta é a revogação da prisão preventiva quando o magistrado processante não verificar a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 312, do Código de Processo Penal.

II -- Recurso improvido. Decisão unânime.

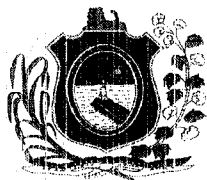
ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Recurso em Sentido Estrito nº 0199390-4**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Terceira Câmara Criminal** do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 06 de janeiro de 2010.


Presidente


Desª Alderita Ramos de Oliveira – Relatora



234

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº: 0199390-4

COMARCA : Recife -- 12ª Vara Criminal
RECORRENTE : Ministério Público do Estado de Pernambuco
RECORRIDOS : Antonio Luiz Lima da Silva,
Eliclay Glausson Carvalho da Silva e
Helenilson Belarmino das Virgens
RELATORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira

RELATÓRIO

Antonio Luiz Lima da Silva, Eliclay Glausson Carvalho da Silva e Helenilson Belarmino das Virgens foram denunciados juntamente com Aluisio Soares da Silva Júnior (fls. 02/05) como incurso nas penas do art. 288, § único, do Código Penal.

Narra a inicial que no dia 11/05/2009, por volta das 17:00 horas, policiais civis da delegacia do Cordeiro, promovendo diligências investigativas acerca de vários assaltos que vinham ocorrendo no bairro da Madalena e adjacências, abordaram os denunciados, os quais estavam reunidos em um beco localizado na Rua Saulo André, casa de nº 104-C, comunidade do Cardoso, Madalena, Recife-PE. Após abordagem, ficou evidenciado que os denunciados formam uma quadrilha armada, responsável por vários crimes na capital, liderada pelo denunciado Aluisio Soares da Silva Júnior, o qual, ao ser preso, indicou a casa do denunciado Antonio Luiz de Lima como sendo o local de esconderijo das armas utilizadas pelo grupo, bem como dos produtos dos roubos.

Em razão da delação supra, os policiais diligenciaram na casa de Antonio, onde encontraram em seu interior dois revólveres, munição, vários relógios, vários celulares, várias correntes de ouro e diversos objetos, além de equipamentos táticos policiais. Apreenderam também uma motocicleta que servia para apoio do grupo nas investidas criminosas.

O grupo criminoso era liderado pelo denunciado Aluisio, que absolveu a mão de obra criminosa do denunciado Antonio, por ser este mecânico da delegacia de roubos e furtos, através de firma terceirizada, tendo com isso informações privilegiadas da atuação policial e facilidade em adquirir acessórios táticos da corporação, com isso, ganhou a confiança na guarda das armas e produtos dos crimes, conforme apreensão feita.

Vários crimes de roubo são atribuídos à quadrilha ora denunciada, sendo que, nem todos os denunciados participam de todas as ações, pois planejam e se revezam em atividades diversas, seja de líder, executor direto da ação, apoio em motocicletas ou receptador dos produtos dos crimes.

Há de se destacar que a quadrilha é investigada por ter atingido à bala uma criança no bairro da Madalena, durante um assalto, e tempos atrás, por ter



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

235

um dos seus membros baleado uma policial rodoviária federal, a qual restou tetraplégica. Assim, denota-se claramente a periculosidade do bando.

Além dos denunciados, a quadrilha era composta por outros membros, os quais encontram-se foragidos e ainda não foram identificados completamente, quais sejam: "Rominho", "Bingo" e "Bambi".

No despacho de fls. 11/13, o Juiz de 1ª Instância concedeu a liberdade provisória aos acusados **HELENILSON BELARMINO DAS VIRGENS, ANTONIO LUIZ LIMA DA SILVA** e **ELICLAY GLAUSSON CARVALHO DA SILVA**, deixando de estender o benefício ao réu **ALUISIO SOARES DA SILVA JÚNIOR**, em virtude de impedimento legal (registro de vários crimes – fls. 12).

Irresignado, o Ministério Público do 1º Grau ofereceu Recurso em Sentido Estrito (fls. 14), apresentando as razões recursais às fls. 16/20, pugnando pela reconsideração do despacho que concedeu a liberdade provisória dos acusados **HELENILSON BELARMINO DAS VIRGENS, ANTONIO LUIZ LIMA DA SILVA** e **ELICLAY GLAUSSON CARVALHO DA SILVA**.

A defesa apresentou contrarrazões (fls. 22), pugnando pela manutenção do despacho que revogou o decreto de custódia preventiva.

O togado monocrático, na fase do art. 589¹, do Código de Processo Penal, manteve a decisão recorrida (fls. 25/26), determinando a remessa de traslado dos autos a este Sodalício.

Nesta Instância, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa do Dr. Antonio Carlos de Oliveira Cavalcanti, às fls. 43/44, ofereceu parecer opinando pelo improvimento do recurso.

É o relatório.

Inclua-se em pauta.

Recife, 11 de dezembro de 2009.

Desª Alderita Ramos de Oliveira – Relatora

¹ Art. 589 - Com a resposta do recorrido ou sem ela, será o recurso concluso ao juiz, que, dentro de 2 (dois) dias, reformará ou sustentará o seu despacho, mandando instruir o recurso com os traslados que lhe parecerem necessários.

Parágrafo único - Se o juiz reformar o despacho recorrido, a parte contrária, por simples petição, poderá recorrer da nova decisão, se couber recurso, não sendo mais lícito ao juiz modificá-la. Neste caso, independentemente de novos arrazoados, subirá o recurso nos próprios autos ou em traslado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

236

37

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº: 0199390-4

COMARCA : Recife – 12ª Vara Criminal
RECORRENTE : Ministério Público do Estado de Pernambuco
RECORRIDOS : Antonio Luiz Lima da Silva,
Eliclay Glausson Carvalho da Silva e
Helenilson Belarmino das Virgens
RELATORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira

VOTO - MÉRITO

Insurge-se, a Representante do Ministério Público, contra o despacho de fls. 11/13, que revogou a prisão preventiva dos acusados Antonio Luiz Lima da Silva, Helenilson Belarmino das Virgens e Eliclay Glausson Carvalho da Silva, sob o argumento de que estão presentes os motivos norteadores para a sua manutenção, nos termos do art. 312, do CPP.

Razão não assiste ao recorrente. Os réus são primários, não possuem antecedentes criminais e têm endereço certo.

A prisão preventiva do agente deve guardar sintonia com a previsão legal estatuída no art. 312², do Código de Processo Penal, e estar fundamentada em fatos concretos, que autorize o julgador lançar mão da medida extrema, não devendo ser confundida com antecipação da pena.

Convém destacar, ainda, que o crime imputado aos pacientes é punido com pena mínima não superior a 2 (dois) anos de reclusão, mesmo com o aumento previsto no parágrafo único (art. 288³, § único, do CP), o que viabiliza a concessão da liberdade provisória, *ex vi* do disposto no art. 323, I do Código de Processo Penal.

Ao revogar a prisão preventiva dos recorridos, o Juiz sumariante fundamentou sua decisão nos seguintes termos, *verbis*:

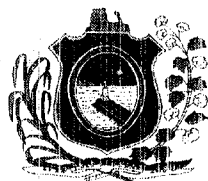
² Art. 312. A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.

Quadrilha ou bando

Art. 288 - Associarem-se mais de três pessoas, em quadrilha ou bando, para o fim de cometer crimes:

Pena - reclusão, de um a três anos.

Parágrafo único - A pena aplica-se em dobro, se a quadrilha ou bando é armado.



237

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

"(...) Por outro lado, o nosso Código Processual Penal circunscreve as hipóteses da concessão ou não da Liberdade Provisória mediante o pagamento ou não de fiança.

O crime atribuído aos acusados é apenado, abstratamente, com reclusão de 01 a 03 anos, desta forma, sendo a pena mínima não superior a dois anos, mesmo com o aumento previsto no parágrafo único, é passível de ser concedido fiança, a teor do art. 323, inciso I, do diploma adjetivo penal.

A prática do delito não causou clamor público, nem tampouco, foi cometido com violência contra a pessoa ou grave ameaça.

Os acusados são primários, de bons antecedentes e têm residência fixa, conforme se depreende dos autos.

Não vislumbro nos autos qualquer circunstância que reclame a decretação da prisão preventiva dos acusados.

In casu, há de se contemplar com o benefício da fiança, pois não há obstáculos elencados pela lei processual e aflora inquestionável o princípio constitucional alinhado no art. 5º, LXVI:

"NINGUÉM SERÁ LEVADO A PRISÃO OU NELA MANTIDO, QUANDO A LEI ADMITIR A LIBERDADE PROVISÓRIA, COM OU SEM FIANÇA".

Além disto, a política criminal direciona-se no sentido de se levar ao cárcere privado em casos extremos, não vislumbrando óbice em dar-lhes uma oportunidade nesta ocasião.

Ora, se na sentença, o Juiz pode conceder a liberdade de um acusado, quando de uma condenação, não vislumbro razão em não concedê-la quando preso provisoriamente.

*Deixo de estender o benefício ao acusado **Aluisio Soares da Silva Júnior**, em virtude de impedimento legal, ante os registros de vários crimes, conforme consta na certidão de fls. 113.*

*Verificando a impossibilidade do acusado **Helenilson Belarmino das Virgens** prestar fiança, por motivo de pobreza, por tê-lo sido patrocinado pela Defensoria Pública, isento-o do pagamento.*

*Assim, com fulcro nos arts. 322 e seguintes, do Código de Processo Penal, CONCEDO A LIBERDADE PROVISÓRIA aos acusados **Antonio Luiz Lima da Silva** e **Eliclay Glaussion Carvalho da Silva**, qualificados na peça exordial, mediante o pagamento da fiança que arbitro em R\$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais), para cada um, de acordo com o art. 325, do mesmo diploma legal, sujeitando-os às obrigações constantes nos arts. 327 e 328 da legislação adjetiva penal, quais sejam:*

- a) Deverão comparecer a todos os atos e termos do processo;*
- b) Não poderão mudar de residência sem prévia permissão deste Juízo;*
- c) Não poderão ausentar-se de suas residências, por um período superior a oito dias, sem comunicar o lugar onde poderá ser encontrado. (...)"*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal



238

Como visto, a decisão combatida destacou a não ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 312, do Código de Processo Penal, razão pela qual entendo acertada a revogação da medida constritiva.

Conforme observou o douto Procurador de Justiça no seu parecer ministerial (fls. 43/44), *"A regra da Liberdade Provisória se traduz em direito subjetivo do paciente, desde que presentes os requisitos legais. Não se trata de mera faculdade do juiz. O Magistrado pode até negar esse direito, todavia, tem que fundamentar sua decisão. Como se vê, o Magistrado apenas aplicou o mandamento legal do art. 323, inciso I do CPP, em favor dos Recorridos, negando, todavia, em relação a pessoa de Aluisio Soares da Silva Júnior, em virtude de impedimento legal. Em seu despacho, fls. 11-12, ficou demonstrado que a liberdade dos Recorridos deveu-se a imposição legal, uma vez que não colocaria em risco a ordem pública, a instrução criminal, nem tampouco a aplicação da lei penal, isto é, não era caso de prisão preventiva"*.

De outra parte, meras alegações de que os acusados colocariam em risco a ordem pública, a instrução criminal e a aplicação da lei penal, não são suficientes para a decretação da custódia preventiva, que deve pautar-se em fatos concretos, não se admitindo fundamentação baseada em meras conjecturas.

Nesse mesmo sentido, são os arestos do Superior Tribunal de Justiça, *verbis*:

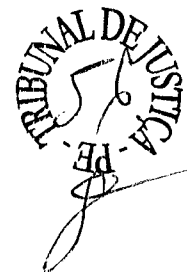
"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO. PRISÃO PREVENTIVA. (...)

1. A simples reprodução das expressões ou dos termos legais expostos na norma de regência, divorciada dos fatos concretos ou baseada em meras suposições, não é suficiente para atrair a incidência do art. 312 do Código de Processo Penal, tendo em vista que o referido dispositivo legal não admite conjecturas. A decretação da referida medida restritiva de liberdade antecipada deve reger-se sempre pela demonstração da efetiva necessidade no caso concreto.

(...)

3. Ordem concedida para desconstituir o decreto prisional." (HC 86.719/SP, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Quinta Turma, julgado em 16.10.2007 e publicado no DJ de 05.11.2007 p. 340);

"HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. CRIME DE HOMICÍDIO CONSUMADO E TENTADO. PRISÃO PREVENTIVA. DECRETAÇÃO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

239

FUNDAMENTADA EM MERAS CONJECTURAS E NA GRAVIDADE DO DELITO. NECESSIDADE DA CUSTÓDIA CAUTELAR NÃO DEMONSTRADA. PRECEDENTES DO STJ E DO STF.

1. (...).

2. *A prisão preventiva somente deve ser decretada se expressamente for justificada com dados concretos existentes nos autos a sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, ex vi do artigo 312 do Código de Processo Penal.*

3. (...).

4. (...).

5. *Ordem concedida para revogar a custódia cautelar do ora Paciente, se por outro motivo não estiver preso." (HC 64.640/SP, Rel. Ministra Laurita Vaz, Quinta Turma, julgado em 28.06.2007 e publicado no DJ de 13.08.2007 p. 393).*

Bem de ver, também, que a decisão está fundamentada e, por conseguinte, não afronta a garantia outorgada pelo constituinte no sentido de que todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário devem ser fundamentados (art. 93, IX, da CF).

Ante o exposto, e em consonância com o parecer ministerial, voto pelo **improvemento do recurso**, mantendo a decisão recorrida em todos os seus termos.

Recife, 06 de janeiro de 2010.


Des^a Alderita Ramos de Oliveira – Relatora